

RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo deste trabalho será disponibilizado somente a partir de 09/09/2023.

BRUNA MARTINS VERONI PALMA

**Um olhar psicanalítico sobre a maternidade e o uso de
substâncias psicoativas**

ASSIS
2022

BRUNA MARTINS VERONI PALMA

**Um olhar psicanalítico sobre a maternidade e o uso de
substâncias psicoativas**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis-SP, como requisito para obtenção de título de mestre em Psicologia e Sociedade.

Orientadora: Mary Yoko Okamoto.

ASSIS
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ana Cláudia Inocente Garcia - CRB 8/6887

P171o Palma, Bruna Martins Veroni
Um olhar psicanalítico sobre a maternidade e o uso
de substâncias psicoativas / Bruna Martins Veroni Palma.
Assis, 2022.
127 p. : il.

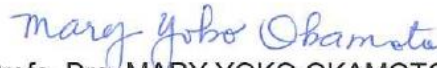
Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual
Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientadora: Dra. Mary Yoko Okamoto

1. Maternidade - Abuso de drogas. 2. Vulnerabilidade
social. 3. Álcool e Droga ilícita (Brasil). 4. Serviços de
saúde à maternidade. 5. Psicanálise. I. Título.

CDD 615.7

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE BRUNA MARTINS VERONI PALMA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS - CÂMPUS DE ASSIS.

Aos 09 dias do mês de setembro do ano de 2022, às 14:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO de BRUNA MARTINS VERONI PALMA, intitulada **Um olhar psicanalítico sobre a maternidade e o uso de substâncias psicoativas**. A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Profa. Dra. MARY YOKO OKAMOTO (Orientador(a) - Participação Presencial) do(a) Departamento de Psicologia Clínica / UNESP/FCL-Assis, Profa. Dra. THÁSSIA SOUZA EMÍDIO (Participação Virtual) do(a) Departamento de Psicologia Clínica / UNESP/FCL-Assis, Prof. Dr. MANOEL ANTONIO DOS SANTOS (Participação Virtual) do(a) Departamento de Psicologia / USP/Ribeirão Preto. Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: APROVADA. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.


Profa. Dra. MARY YOKO OKAMOTO

AGRADECIMENTOS

Começo meus agradecimentos pelos meus pais. Obrigada por me apoiarem e incentivarem por todos esses anos. A vocês, foi negado o direito de estudar e a vida foi pesada desde cedo. Ainda sim, vocês nunca deixaram de investir e de acreditar em meus projetos.

Agradeço à minha orientadora Mary Yoko Okamoto, que até o último segundo, me ajudou a concluir esse projeto. Obrigada por ser paciente e atravessar comigo esses anos que foram tão difíceis.

Agradeço minha amiga Bianca Marinheiro, meu ombro amigo há 10 anos. Obrigada por todo suporte, por “chorar as pitangas” e comemorar cada conquista comigo. Prometo que agora vou compensar todos os “rolês” que não pudemos fazer.

Agradeço também Graziela Vasconcelos, minha parceira de mestrado, com quem dividi dificuldades e alegrias nessa trajetória. Logo estaremos comemorando também sua conquista!

Aos professores Manoel Antônio dos Santos e Thassia Souza Emídio, agradeço pelas ótimas trocas e disponibilidade em contribuir com minha pesquisa.

Agradeço a todos os colegas, parceiros de trabalho e equipe, que direta e indiretamente colaboraram para o meu crescimento e que eu chegasse até aqui.

Por fim, agradecemos a cada uma de nossas entrevistadas por aceitarem contribuir com este trabalho por meio de suas vivências e perspectivas.

Muito Obrigada!

PALMA, Bruna Martins Veroni. **Um olhar psicanalítico sobre a maternidade e o uso de substâncias psicoativas**. 2022. 161 f. Dissertação (Mestrado acadêmico em Psicologia e Sociedade). – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2022.

RESUMO

Este trabalho deriva da experiência com mães que se encontram em vulnerabilidade social, especificamente em uso de álcool e drogas ilícitas, que enfrentam o constante estigma da inadequação para o exercício da maternidade. Esses estigmas acabam, por muitas vezes, validados em documentos produzidos por profissionais, como psicólogos, culminando em uma separação precoce e judicialização dos casos ainda nos hospitais-maternidade. Consideramos fundamental a discussão do papel do psicólogo que trabalha com esse público, que deve levar em conta os atravessamentos pelos quais essa população enfrenta e promover um atendimento ético e justo para com suas demandas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que contou com a entrevista de seis psicólogas, atuantes em de hospitais-maternidade dos estados de São Paulo e Paraná. A verificação dos resultados foi realizada utilizando a análise temática e a teoria psicanalítica como referencial teórico para a discussão dos dados. Em nossos resultados, observamos que é preciso romper com os mitos relacionados à maternidade e ao uso de substâncias psicoativas, bem como a implicação de toda a rede de saúde, composta desde os profissionais, organização dos serviços de saúde e o sistema Judiciário, para que seja possível garantir um atendimento justo, ético e que seja espaço potencial transformador para as mães que fazem uso de substâncias psicoativas.

PALMA, Bruna Martins Veroni. **A psychoanalytic look at motherhood and the use of psychoactive substances**. 2022. 125 f. Dissertation (Academic Master in Psychology and Society). – Paulista State University (UNESP), Faculty of Science and Letters, Assis, 2022.

SUMMARY

This work derives from the experience with mothers who are in social vulnerability, specifically in the use of alcohol and illicit drugs, who face the constant stigma of inadequacy for the exercise of motherhood. These stigmas often end up being validated in documents produced by professionals, such as psychologists, culminating in an early separation and judicialization of cases still in maternity hospitals. We consider it essential to discuss the role of the psychologist who works with this public, who must consider the crossings through which this population faces and promote an ethical and fair service to their demands. This is qualitative research, which included the interview of six psychologists, working in maternity hospitals in the states of São Paulo and Paraná. The verification of the results was carried out using thematic analysis and psychoanalytic theory as a theoretical framework for data discussion. In our results, we observed that it is necessary to break with the myths related to motherhood and the use of psychoactive substances, as well as the implication of the entire health network, composed from professionals into the organization of health services and the Judiciary system, so that it is possible to guarantee a fair, ethical and transformative potential space for mothers who use drugs.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 DA AVALIAÇÃO AO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL: FLUXO DA SEPARAÇÃO JUDICIAL	12
1.1 Aspectos legais, recomendações e o posicionamento de profissionais	13
1.2 Desmaternalização da mulher usuária de drogas.....	15
2 MATERNIDADES: A CONFIGURAÇÃO DO LUGAR PARA A MULHER NO CENÁRIO FAMILIAR E SOCIAL.....	19
2.1 Família e maternidade na pré-modernidade	19
2.2 Modernidade e maternidade: um paraíso para padecer.....	21
2.3 Maternidade nas classes desfavorecidas europeias	23
2.4 Maternidades no Brasil Colonial – além da Casa Grande	26
2.5 Exploração da maternidade escrava	27
2.6 A maternidade importada e seus efeitos	28
2.7 Revolução sexual, novas configurações?	30
2.8 Contextualizando a maternidade e o uso de drogas	31
3 PSICANÁLISE, AS MULHERES E O MATERNO	35
3.1 Discursos sobre a sexualidade: atravessamentos na teoria freudiana	35
3.2 Freud, feminilidade e maternidade.....	37
3.3 Winnicott e a maternidade	39
3.4 Piera Aulagnier, a mãe e o mundo social	42
3.5 Emilce Dio Bleichmar, gênero e subjetividade materna	45
3.6 Estudos acerca da maternidade em contexto de vulnerabilidade: reflexões atuais	48
4. OBJETIVOS	54
5 METODOLOGIA.....	55
5.1. Público-alvo e campo de pesquisa	56
5.2 Aspectos éticos.....	57
5.3 Detalhamento da coleta de dados	58
5.5 Perfil das entrevistadas	58
5.5.1 Joana - Entrevistada 1	59
5.5.2 Amália - Entrevistada 2	60
5.5.3 Nádia - Entrevistada 3	60
5.5.4 Simone - Entrevistada 04	61
5.5.5 Virgínia - Entrevistada 5	61

5.5.6 Hellen - Entrevistada 6	62
5.6 Análise de resultados	62
6 ANÁLISE DE RESULTADOS.....	65
6.1 Prática profissional.....	65
6.1.1 Organização e funcionamento da rede de serviços de saúde.....	66
6.1.2 Sofrimento das profissionais de Psicologia	79
6.1.3 Importância da organização da prática e capacitação profissional	85
6.2 O significado atribuído pelas psicólogas à maternidade em mães com uso de substâncias	88
6.2.1 A maternidade tem o significado de possibilidade de reorganização da vida para que a mãe consiga cuidar de si e do filho	88
6.3 Justificativas para a separação da mãe e seu filho	93
6.3.1 Consideram a proteção do bebê	93
6.3.2 Concepção do vínculo estabelecido entre mãe-bebê	95
6.3.3. O grau de dependência no uso de substâncias	97
6.3.4 Efeitos da separação para a mãe	98
6.4 Papel do sistema Judiciário	99
6.4.1 Judicialização compreendida como solução de encaminhamento do caso	99
7 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	101
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	114
REFERÊNCIAS	119
APÊNDICES.....	126

INTRODUÇÃO

A vivência da maternidade, nos dias atuais, ainda é encarada como algo próprio da natureza feminina, que se baseia no sacrifício e no amor incondicional por um filho. Tal visão pode ser considerada herdeira das transformações do modelo maternal, nos últimos séculos, e continua funcionando como catalisadora, no sentido de que orienta a conduta esperada de uma “boa mãe” (TRAVASSOS-RODRIGUEZ, FERES-CARNEIRO, 2013), assim como o posicionamento e a expectativa de instituições e profissionais diante dela (ACHING, 2013). Nessa perspectiva, é importante apontar que a permanência de tal visão, muitas vezes, atua como base de sustentação para as decisões técnicas dos profissionais envolvidos nos processos decisórios de instituições judiciais, interferindo sobremaneira nos relatórios emitidos.

Para algumas mulheres, a maternidade constitui um lugar social de reconhecimento, o qual lhe concede sentido e valor social. Já para outras, a capacidade e a possibilidade de exercer esse papel é questionada (GOMES, 2017). É o caso de mulheres em situação de vulnerabilidade social – em especial, as usuárias de drogas ilícitas e álcool –, que enfrentam constantemente o estigma da inadequação e da incapacidade, o qual abrange tanto o seu papel social, mas, principalmente, aquele que diz respeito à maternidade, ou melhor, à capacidade para a maternidade.

Especificamente sobre essa população, trabalhos recentes têm denunciado a prática da judicialização e separação de seus recém-nascidos, logo na maternidade, com a adoção de avaliações e protocolos que, em geral, não encontram respaldo legal para existirem. A trilha segue com uma série de violações de direitos e penalizações desses sujeitos, frequentemente endossada pelos profissionais que as atendem (GOMES, 2017).

A questão do uso de álcool e drogas ilícitas pelo público feminino demanda uma discussão que leve em consideração as especificidades dessa população. O consumo de substâncias psicoativas cresceu significativamente, nos últimos anos, entre as mulheres, tornando-se uma pauta de preocupação mundial. As estimativas ainda indicam que cerca de 90% dessas mulheres se encontram em idade reprodutiva (BRASIL, 2010; ANDRADE, 2018; OLIVEIRA, 2016).

Como apontam alguns autores, apesar de conhecidas as diferenças entre o perfil de consumo e motivação para o uso de entorpecentes entre homens e mulheres, na prática, as intervenções e serviços ainda tratam os casos de forma homogênea, distantes das necessidades e especificidades dessa população (GOMES, 2010).

Chama a atenção, também, a baixa produção de trabalhos que estudem essa questão, tendo em vista as questões subjetivas envolvidas, especialmente no terreno da maternidade. Nesse sentido, pouco se sabe sobre o destino dessas mulheres e seus filhos. Pouco se discute sobre a assistência que recebem, sobre as políticas disponíveis a essa população e, principalmente, sobre os norteadores teóricos para a abordagem desses casos.

A presente Dissertação nasce dos incômodos e questionamentos gerados a partir da atuação com essa população. Durante um ano, logo após a minha graduação, participei de um programa de aprimoramento profissional em saúde da mulher e do recém-nascido, realizado em um hospital-maternidade no município de São Paulo. Foi nesse contexto que ocorreu o meu encontro com essas mulheres, denominadas “F.19”, naquele contexto hospitalar.

O termo “F.19”, vem da Classificação Internacional de Doenças, o CID-10, e diz respeito aos transtornos mentais e comportamentais devidos ao uso de múltiplas drogas e de outras substâncias psicoativas. Era esse o termo empregado para se referir à presença de uma mulher usuária de drogas pelos membros do hospital.

As equipes de Psicologia e Serviço Social eram convocadas para fazer a avaliação das “F.19”, sempre que fosse declarado ou houvesse suspeita para o uso de entorpecentes. Durante essas avaliações, conheci mulheres com histórias difíceis, cheias de violências, mas que encontravam, naquele momento, esperança para construir um novo caminho.

O desejo de cuidar, entretanto, não era suficiente para que a equipe considerasse a manutenção do bebê com suas mães. A maioria das decisões era a favor de uma separação preventiva da dupla, de forma que essa mulher pudesse provar que estava organizada e que tinha capacidade de maternar. O que se seguia era a difícil comunicação de que ela não deixaria o hospital com seu filho.

O trato direto com esse público, a observação das práticas e decisões pela equipe, em conjunto com o luto e desamparo invisibilizado dessas mulheres, me conduziram à reflexão que se propõe esse trabalho.

É preciso deixar claro que não se pretende ignorar as consequências que o uso de drogas pode causar para a mãe e seu bebê. De fato, trata-se de um problema complexo, permeado por histórias, violências e múltiplas violações de direitos. Entretanto, tratamos de uma população com características específicas e que necessita de apoio e serviços – e não de uma repetição do ciclo de violência no qual estão inseridas.

No capítulo 1, apresentamos os fluxos que envolvem a separação de bebês das suas mães diretamente na maternidade. Abordamos as avaliações realizadas pelas equipes multiprofissionais, com reflexões sobre as principais justificativas utilizadas nessa prática. Também incluímos os aspectos legais previstos para abordagem de mães em situação de vulnerabilidade social e uso de drogas, os quais contrastam com o que é de fato executado, nesses casos.

No capítulo 2, fazemos uma retomada histórica sobre a maternidade, destacando as mudanças nesse papel, ao longo dos séculos. Consideramos para essa discussão o contexto europeu e as especificidades do papel materno, desde o Brasil-Colônia. Exploramos também a diferença dessa função nas diferentes classes sociais, expondo a diferença no trato e no propósito que a maternidade recebe, nesses lugares.

No capítulo 3, propomos uma discussão sobre a maternidade, dentro do campo psicanalítico. Focalizamos inicialmente em autores clássicos, cujas contribuições sobre a maternidade e a relação mãe bebês são amplamente conhecidas. A partir deles, discutimos os atravessamentos sócio-históricos em suas teorias e ampliamos o debate com as contribuições de autores contemporâneos.

No capítulo 4, apresentamos os objetivos da pesquisa e no capítulo 5 explicitamos a metodologia deste trabalho. A partir da análise temática de Braun e Clarke (2006) esclarecemos as etapas que compõem a análise dos resultados. Também apresentamos brevemente cada uma das 6 entrevistadas.

No capítulo 6, apresentamos a análise das entrevistas, separando os temas e subtemas gerados a partir dos dados obtidos pelas falas das psicólogas. Já no capítulo 7, discutimos esses resultados, apresentando nossas considerações teóricas sobre os temas. Por fim, finalizamos com nossas considerações finais no capítulo 8.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, nossa intencionalidade foi a de dar voz e colocar em evidência as histórias, os desejos e os destinos que encontram os casos das mães que fazem uso de drogas e estão em situação de vulnerabilidade social. Na verdade, conforme mostramos, temos materiais, orientações e leis que preconizam encaminhamentos humanizados, que preveem a garantia de direitos básicos e a manutenção da díade, até que todos os recursos sejam esgotados. Entretanto, na realidade, os casos que envolvem esse grupo ainda são abordados sem esse embasamento, culminando em uma série de violações de direitos e novas rupturas na vida dessas mulheres.

Ademais, o trabalho nasceu dos incômodos da própria pesquisadora, a qual, através da discussão acadêmica, buscou sustentação para entender esses casos e se deparou com uma lacuna, especialmente nos campos da Psicologia e da Psicanálise. Os psicólogos que atuam em hospitais-maternidade participam da tomada de decisão sobre questões delicadas, que pressupõem camadas complexas e que não podem ser ignoradas, tornando pertinente e necessária nossa discussão.

Em meio à pandemia da Covid-19, enfrentamos uma série de obstáculos, sendo necessárias readequações, para que o tema ainda pudesse ser abordado. Por conseguinte, convertimos nosso trabalho, para ouvir as histórias das mães usuárias mediadas pela experiência das profissionais que as atendiam, que participavam da tomada de decisões e, principalmente, dos encaminhamentos que recaem no destino das díades mãe e bebê. Assim, buscamos entender como as profissionais compreendiam as maternidades dessas mulheres, como conduziam suas avaliações e encaminhamentos dos casos e, por fim, como se sentiam em face da necessidade de realizar esse trabalho.

A trajetória para conseguir alcançar os profissionais também foi difícil. Levantamos nossas redes de contatos, as quais buscaram seus contatos, mas que, por vezes, não resultaram na disponibilidade ou na indicação de um nome. De certa forma, já identificamos ali uma fragilidade entre as pontes disponibilizadas entre os serviços. Ao fim, conseguimos uma amostra de seis participantes, que nos retrataram dois cenários diferentes, colaborando na composição das narrativas que versam sobre desamparos e possibilidades.

Nosso primeiro cenário é composto pelas cinco psicólogas de cidades de grande e pequeno portes, que mostraram suas experiências em serviços de maternidades caracterizados por cenários de violação de direitos das mães usuárias. Observamos composições sem embasamento em materiais oficiais vigentes, tomadas de decisão dentro de prazos curtos e a separação, ao fim, entre a mãe e seu bebê. No segundo cenário, tivemos uma única participante, proveniente de uma cidade de médio porte, que nos possibilitou ver uma outra maneira de organização dos serviços, os quais abriam a via da possibilidade de manutenção do vínculo mãe e filho, através do investimento na mãe, de suas demandas e necessidades, para que pudesse exercer sua maternidade. Ficou evidente que essas diferentes vias dependem, em grande parte, do modo como os serviços de saúde estão organizados.

Com relação à prática profissional, verificamos que as avaliações e os documentos elaborados nas instituições onde mais ocorre a judicialização são produzidos em um curto espaço de tempo e sem a presença explícita de um referencial teórico-técnico. Há uma falta de conexão entre os serviços das redes de saúde, gerando frustrações e uma falta de segurança com respeito aos serviços.

Sobre as concepções sobre a maternidade percebidas nas psicólogas entrevistadas, constatamos também a diferença no posicionamento entre tais visões e os destinos dos casos. Nos serviços onde não prevalecia a separação da díade, vimos que o desejo pela maternidade dessas mulheres pôde ser compreendido pelas equipes como um momento propício para o investimento e que é possível a sustentação desse projeto, contando com os apoios oferecidos pelos serviços disponíveis e, portanto, investindo no projeto de maternidade das mulheres.

No entanto, esse mesmo desejo, expresso nos serviços que tendem a judicializar, é justamente visto como algo que não se sustenta, de sorte que outros elementos precisam ser levados em conta, para autorizar sua existência. O que se segue é a procura de uma série de prescrições e normas comportamentais que validem essas mães. Há uma busca por um conjunto de ideais que não são cumpridos pelas mães, predominando, nas entrevistadas, um ponto de vista que beira à crença na naturalização e à capacidade inata à mulher para maternar. Além disso, prevaleceu, nesses serviços, a preservação dos “interesses da criança” em detrimento das necessidades da mãe, para que possa desenvolver a maternidade. Entendemos que, nesses casos, muitas vezes o tal interesse da criança não seria compreendido como manter-se vinculado à sua mãe. Portanto, ela seria considerada uma ameaça

ao bom desenvolvimento de seu filho, demonstrando-se uma dicotomia entre os interesses e as necessidades da mãe e os do filho.

Vimos, pois, nas justificativas para a separação, que esses comportamentos destoantes passam a integrar os argumentos que irão compor as avaliações e direcionamentos ao Judiciário. Nesse sentido, refletimos que, apesar dos relatórios serem redigidos apenas com informações sobre a conduta daquela mãe, não mencionando referenciais teórico-metodológicos, a teoria não deixa de cruzar o seu olhar, uma vez que alguns desses critérios também são princípios da Psicologia e da Psicanálise, principalmente relacionados ao conceito de “mãe suficientemente boa”, desenvolvido por D. W. Winnicott.

Outra questão que podemos evidenciar é que, realmente, na visão da maior parte das entrevistadas, a condição de usuárias de drogas interfere no olhar sobre a maternidade que as profissionais têm acerca dessas mães, corroborado pela literatura, a qual desvela a desqualificação dessa população, principalmente porque não atende ao ideal idealizado normativo vigente no imaginário social.

Por fim, focalizamos o papel atribuído ao Judiciário, que foi representado como aquele capaz de apresentar a ordem e garantir que todas as falhas que ocorreram em todo o percurso de serviços de saúde oferecidos – ou não oferecidos – sejam supridas. Há uma expectativa de que essa instituição consiga implicar as mães em um tratamento e fazer cumprir a lei. Entretanto, constatamos, através da literatura, que se verifica menos reintegração à família de origem do que, de fato, deveria acontecer.

Apesar desse dado, as entrevistadas revelaram que esse seria o último recurso encontrado em sua prática, utilizado como uma suposta “tentativa” de que essas mães “ludem” para comprovar que realmente desejam cuidar de seus filhos e estão dispostas a abandonar o uso de drogas para o alcançar. Tal visão demonstra um desconhecimento a respeito da complexidade das histórias de vidas das mães e, sobretudo, do uso de substâncias, marcando uma posição acrítica acerca da maternidade, da condição da mulher e da importância dos serviços para as demandas da população, salientando a visão idealizada da mãe disposta a superar todos os obstáculos, sozinha e sem amparo das instituições e serviços públicos, a fim de exercer a sua maternidade.

Investigar a maternidade e o uso de substâncias, através da visão das psicólogas, permitiu-nos adicionar mais camadas de complexidade ao tema. Evidenciamos, tal como intencionávamos, o sofrimento e o desamparo que vivem

essas mães, as quais são afetadas por suas condições sociais, de exclusão social, além das inúmeras rupturas e violências que viveram, ao longo de suas vidas, mas também podemos apresentar as dificuldades e o desamparo que vivem as psicólogas, em sua prática profissional voltada a essa população.

Foi interessante perceber que, tal qual as mães, parte de nossas profissionais também se sente desamparada, quando não há recursos, quando não há rede para compartilhar a responsabilidade por esses casos. Elas estão nos serviços, mas estão isoladas e sozinhas, vendo-se convocadas a lidar com casos e decisões que envolvem muitas responsabilidades. O cenário desnuda o contraste existente, quando os serviços funcionam de maneira integrada e organizada para tal. Isso reverbera na qualidade do trabalho do psicólogo, pois vimos que o sofrimento dela difere das preocupações e sofrimentos das demais participantes.

Não concordamos com o encaminhamento dos casos ao Judiciário, antes do esgotamento das possibilidades de investimento nessas famílias, assim como criticamos a forma como são produzidos os relatórios sobre os casos. Segundo vimos, apesar do desamparo vivido por essas profissionais, pela fragilidade dos serviços, falta um posicionamento crítico que seja evidente e possa produzir uma ruptura com uma prática alienada, impedindo-as de perceber os vieses de suas atuações profissionais, as quais resultam numa imposição de responsabilidades e exigências incompatíveis com a realidade das mães usuárias.

Entretanto, não se trata também de promover uma “caça às bruxas” e uma crítica vazia. Esse ponto convoca a todos nós, que estamos envolvidos na transmissão do conhecimento, seja dentro das universidades, em cursos de capacitação para profissionais, seja mesmo no contato com os serviços, um compromisso ético voltado para um exercício crítico sobre a maneira como abordamos a temática que enfoca a maternidade de mães usuárias de drogas, possibilitando uma compreensão mais crítica e, principalmente, atualizada acerca das diversas maternidades vigentes na realidade contemporânea, principalmente num país como o nosso, com tantos desafios a serem enfrentados.

Nosso estudo possui algumas limitações importantes a serem pontuadas. Em nossas entrevistas, não abordamos o recorte de raça e idade da população pesquisada. Esse ponto, se considerado em estudos futuros, certamente adicionará ainda mais camadas ao desenvolvimento do tema, evidenciando dados relevantes das

violências e interseccionalidades que envolvem essas maternidades e as possibilidades de encaminhamentos, diante desse recorte.

Além disso, não elegemos como critério para a composição da amostra o tamanho e a localização dos municípios nos quais os serviços das profissionais entrevistadas estão inseridos. Em se tratando de uma amostragem por “bola de neve”, ou seja, que depende da indicação de outros sujeitos, este não foi um critério inicial. Todavia, se, por um lado, trouxe a riqueza de observarmos cenários e possibilidades diferentes para a condução desses casos, por outro, questões que envolvem o histórico dessas cidades, o tipo de população que recebem e a extensão dos serviços para acolher a população podem ter diferenças significativas na organização dos serviços oferecidos.

Finalizamos nosso trabalho, destacando a necessidade de que esse tema seja ainda muito explorado e pesquisado. Nesta investigação, mostramos alguns desafios enfrentados pelas profissionais, ao mesmo tempo que lançamos luz ao sofrimento dessas mães. Aproveitamos para evidenciar que um único serviço, o qual oferece um atendimento mais integral à gestante e seu filho e, em nossa amostra, se configurou como uma exceção para o tratamento desses casos, nos provoca a pensar que talvez tal exceção não esteja tão distante dos serviços de fato oferecidos; pudemos, assim, ponderar no quanto os serviços e a formação dos psicólogos necessitam evoluir, para disponibilizar serviços capazes de propiciar diversos instrumentos de acolhimento às mães, possibilitando que possam exercer a maternidade, através do apoio dos serviços. Salientamos, ainda, a relevância de que os serviços estejam embasados em concepções mais condizentes com a realidade e atualizadas, ampliando os pontos de vista dos profissionais envolvidos.

Por fim, realçamos a constatação de que a maternidade em mulheres usuárias de substâncias psicoativas ainda sofre, devido ao olhar normativo que as aprisiona em uma única via marcada pela idealização e, nesse sentido, ao não atender a essa normatividade, são penalizadas com a separação de seus filhos, apesar de expressarem o desejo e a importância deles, para suas vidas. Essas mulheres continuam invisibilizadas e suas demandas, caladas. Por conseguinte, há muito o que se explorar sobre os casos que envolvem essas mães e seus destinos, e, no futuro, esperamos que outras pesquisas se dediquem a abordar esse tema, colaborando para a mudança de postura profissional, essencial para que um cenário de transformação seja possível.

REFERÊNCIAS

- ACHING, M. C. **A mãe suficientemente boa**: imaginário de mães em situação de vulnerabilidade social. 2013. 119 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2013.
- ALBUQUERQUE, C. de S.; NOBREGA, M. do P. S. S. Barreiras e facilidades encontradas por mulheres usuárias de substâncias psicoativas na busca por tratamento especializado. **SMAD - Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.** (ed. port.), Ribeirão Preto, v. 12, n. 1, p. 22-29, mar. 2016. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180669762016000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 jun. 2019.
- ALONSO, S. L. **O tempo, a escuta, o feminino**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011 (Coleção Clínica Psicanalítica).
- ANDRADE, C. A. **Uso de álcool e drogas durante a gestação**: resultado materno e fetal. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Medicina de Botucatu, 2018.
- ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1978.
- AULAGNIER, P. **A violência da interpretação**. Do pictograma ao enunciado. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARBOZA, E. C. **Estratégias de sobrevivência de escravas, forras, libertas e brancas pobres na São Paulo de fins do Império (1871-1889)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/D.8.2012.tde-23072012-082845. Acesso em: 12 abr. 2021.
- BENGHOZI, P. Resiliência familiar e conjugal numa perspectiva psicanalítica dos laços. **Psicologia Clínica [on-line]**, v. 17, n. 2, p. 101-109, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-56652005000200008>. Acesso em: 12 ago. 2022.
- BERNO, R. O trabalho do psicólogo nas varas da infância e da juventude. In: RAMOS, M. (org.). **Casal e família como paciente**. 2. ed. São Paulo: Escuta, 1999. p.138-178.
- BIRMAN, J. **Gramáticas do erotismo**: a feminilidade e as suas formas de subjetivação em psicanálise. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- BLEICHMAR, E. D. Lo que falta en la formulación de la función maternal. In: ALKOLOMBRE, P.; HOLOVKO, C. S. **Parentalidades y género**: su incidencia en la subjetividade. Buenos Aires: Letra Viva, 2016.

BLEICHMAR, E. D. The Dynamics between the “Internal bad mother” and the construction of the “bad child”. In: BLEICHMAR, E. D. **Changing Sexualities and Parental Functions in the Twenty First Century**. Local: Taylor and Francis Group, 2017.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** - Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF: Câmara Federal, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm Acesso em: 15 set. 2018.

BRASIL. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Gestação de alto risco**: manual. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 302 p. (ed. 5).

CAMARGO, P. O. **A visão da mulher usuária de cocaína/crack sobre a experiência da maternidade**: vivência entre mãe e filho. 2014. 121 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Faculdade de Enfermagem, Universidade Federal de Pelotas, 2014.

CARLINI, E. A. *et al.* **I Levantamento Domiciliar sobre o uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil**: estudo envolvendo as 107 maiores cidades do país – 2001. São Paulo: CEBRID – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, Departamento de Psicobiologia, UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo, 2002.

CARLINI, E. A. *et al.* **II Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil**: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país – 2005. São Paulo: CEBRID – Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, Departamento de Psicobiologia, UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo, 2007.

CORREA, O. B. R. Eclosão de vínculos genealógicos e transmissão psíquica. In: CORREA, O. B. R. (org.). **Os avatares da transmissão psíquica geracional**. São Paulo: Escuta, 2000.

CORREA, O. B. R. Transmissão psíquica entre as gerações. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 35-45, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010365642003000300004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 set. 2018.

COUTINHO, T.; COUTINHO, C. M.; COUTINHO, L. M. Assistência pré-natal às usuárias de drogas ilícitas. **Revista Femina**, Juiz de Fora (MG), v. 42, n.1, p.12-18, jan./fev. 2014. Disponível em: <https://www.google.com.br/search>. Acesso em: 01 jul. 2019.

DIGIÁCOMO, M. J.; DIGIÁCOMO, I. A. **Estatuto da Criança e do Adolescente Anotado e Interpretado**. Curitiba: Ministério Público do Estado do Paraná. Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, 2017.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

EDEPE. **Maternidades e Vulnerabilidades**: efetivando direitos e fortalecendo a rede de proteção de mães e bebês. São Paulo, SP: EDEPE, 2020.

FÁVERO, E. T.; VITALE, M. A. F.; BAPTISTA, M. V. (org.). **Famílias de crianças e adolescentes abrigados: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam.** São Paulo: Paulus, 2009.

FERREIRA-TEIXEIRA, M.; AIELLO-VAISBERG, T. Maldade, drogas ou desespero: o imaginário sobre a mãe que abandona seu bebê. **Memorandum: Memória e História em Psicologia**, v. 33, p. 128-141, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6653>. Acesso em: 18 set. 2021.

FREUD, S. Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. **Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud**, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1925. p. 301-320.

FREUD, S. (1931) Sobre a sexualidade feminina. *In*: FREUD, S. **Amor, sexualidade, feminilidade**. Trad. de M. R. S. Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2018a.

FREUD, S. (1908). Sobre as Teorias Sexuais infantis. *In*: FREUD, S. **Amor, sexualidade, feminilidade**. Trad. de M. R. S. Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2018b.

GOMES, J. D. G. **Primeira infância e maternidade nas ruas de São Paulo:** relatório de pesquisa. São Paulo: Lampião - Conteúdo e Conhecimento, 2017.

GOMES, K. V. **A dependência química em mulheres:** figurações de um sintoma partilhado. 2010. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: doi:10.11606/T.47.2010.tde-10112010-082915. Acesso em: 12 abr. 2021.

GONÇALVES, M. A. B. **Assistente Técnico Judiciário na Defensoria Pública:** Suporte da teoria de Winnicott. 2015. 106 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2015.

GRANATO, T. M. M.; TACHIBANA, M.; AIELLO-VAISBERG, T. M. J. Narrativas interativas na investigação do imaginário coletivo de enfermeiras obstétricas sobre o cuidado materno. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 23, n. spe, p. 81-89, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000400011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 out. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822011000400011>.

HOZEL, D. As Implicações da parentalidade, 2006. *In*: SOLIS-PONTON, L. **Ser pai, ser mãe – parentalidade: um desafio para o terceiro milênio.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 47-51.

IACONELLI, V. **Mal-estar na maternidade:** do infanticídio à função materna. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: doi:10.11606/T.47.2013.tde-07052013-102844. Acesso em: 12 abr. 2021.

KREUTZ, C. M. **A experiência da maternidade e a interação mãe-bebê em mães adolescentes e adultas**. 2001. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2001.

LEBOVICI, S. Diálogo Leticia Solis-Ponton e Serge Leibovici. *In*: SOLIS-PONTON, L. (org.), **Ser pai, ser mãe – parentalidade: um desafio para o terceiro milênio**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. p. 21-27.

MARANGONI, S. R.; OLIVEIRA, M. L. F. Fatores desencadeantes do uso de drogas de abuso em mulheres. **Texto Contexto Enferm.**, v. 22, n. 3, p. 662-670, 2013.

MATEUS, A. S. M. da S. **A transição para a parentalidade na toxicodependência materna: comportamento parental e suporte social**. 2013. 473 f. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, Lisboa, 2013.

MIRANDA, J. J.de; TIMO, A. L. R.; BELO, F. R. R. Crítica à Teoria da Maternidade em Winnicott: é preciso ser mulher para cuidar de crianças?. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 39, e176863, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932019000100140&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 abr. 2021. Epub Nov 28, 2019.

MOTTA, M. A **Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MOURA, S. M. S. R. de; ARAUJO, M. de F. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 44-55, mar. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 aet. 2018.

MUAZE, M. Maternidade silenciada: amas de leite no Brasil escravista, século XIX. *In*: OSÓRIO, H.; XAVIER, R. **Do tráfico ao pós-abolição: trabalho compulsório e livre e a luta por direitos sociais no Brasil**. São Leopoldo: Oikos, 2018.

MUSSATTI-BRAGA, A. P. **Os muitos nomes de Silvana: contribuições clínico-políticas da psicanálise sobre mulheres negras**. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: doi:10.11606/T.47.2016.tde-10052016-104955. Acesso em: 12 abr. 2021.

NASCIMENTO, M. L. Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 24, n. spe, p. 39-44, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000400007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 set. 2018.

NUNES, S. A. Afinal, o que querem as mulheres? Maternidade e mal-estar. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 101-115, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010356652011000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 set. 2018.

OLIVEIRA, D. S. **Vivências e enfrentamentos de mulheres que usam drogas no exercício da maternidade**. 2016. Dissertação (Mestrado) – Escola de Enfermagem UFBA, Salvador-BA, 2016.

OLIVEIRA, J. F.; PAIVA, M. S. Vulnerabilidade de mulheres usuárias de drogas ao HIV/AIDS em uma perspectiva de gênero. **Rev. Enfermagem**, Esc. Anna Nery, v. 11, n.4, p. 625-631, 2007.

PARKER, R. **A mãe dividida**: a experiência da ambivalência na maternidade. Trad. de A. X. Lima e D. X. Lima). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

PILIUK, L. Winnicott e os desafios da parentalidade. *In*: TEPERMAN, D.; GARRAFA, T.; IACONELLI, V. (org.). **Laço**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2020.

PRATA, A. K. A. V.; CINTRA, E. M. de U. Apoio e acolhimento à mulher que se torna mãe: uma escuta psicanalítica. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 34-50, mar. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142017000100034&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 out. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.2017v20n1p34.3>.

RANGEL, G. L. N. **Histórias não contadas**: acolhimento institucional de recém-nascidos de mulheres usuárias de drogas. 2018. 194p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/11110?mode=full>. Acesso em: 12 out. 2021;

REIS, S. E. H. *et al.* O cotidiano de mulheres grávidas moradoras no alojamento de uma maternidade social. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 492-501, set. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000300010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 set. 2018.

RIOS, A. G. **O fio de Ariadne**: sobre os labirintos de vida de mulheres grávidas usuárias de álcool e outras drogas. 2017. 277 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, 2017.

ROUDINESCO, E. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

ROUSSEAU, J. J. **Emílio ou Da Educação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SANTOS, K. D.; MOTTA, I. F. da. O significado da maternidade na trajetória de três jovens mães: um estudo psicanalítico. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 31, n. 4, p. 517-525, dez. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2014000400006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 out. 2019.

SANTOS, L. D. B. Prática de acolhimento conjunto, filhos e suas mães. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 7; ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 14.,1, 2019. **Anais [...]** Vitória, 2019.

SOUSA, C. A.; SEGUIM, C. B.; LEVISKY, F. B.; RUDGE, L. L. T.; UNGARETTI, S. S. G. O direito de construir a própria história: contribuições psicanalíticas na clínica e no abrigo. In: GHIRARD, M. L. A. M.; FERREIRA, M. P. (org.). **Laços e Rupturas: Leituras psicanalíticas sobre adoção e acolhimento institucional**. São Paulo: Escuta, 2016.

STERN, D. **A constelação da maternidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

TRACHTENBERG, A. R. C. Trauma, transgeracionalidade e intergeracionalidade: uma formação possível. In: TRACHTENBERG, A. R. C.; KOPITKE, C. C.; PEREIRA, D. Z. T.; CHEM, V. D. M.; MELLO, V. M. H. P. **Transgeracionalidade de escravo a herdeiro: um destino entre gerações**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p. 119-129.

TRAVASSOS-RODRIGUEZ, F.; FERES-CARNEIRO, T. Maternidade tardia e ambivalência: algumas reflexões. **Tempo psicanal.**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 111-121, jun. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382013000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 01 jun. 2019.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

VEREA, C. P. Maternidad: historia y cultura. **La ventana**, Guadalajara, v. 3, n. 22, p. 35-67, 2005. Disponible em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-94362005000200035&lng=es&nrm=iso. Accedido en: 11 abr. 2021.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago./dez. 2014. Disponível em: encurtador.com.br/wMQY5. Acesso em: 10 nov. 2021.

VIZZIELO, F. V.; SIMONELLI, A.; PENTENÀ, I. Vínculo emocional entre a mãe dependente de drogas e a criança: reflexão clínica e tendências de pesquisa em comunidades italianas. In: ROSA, J. T.; NASSIF, S. L. da S. **Cérebro, inteligência e vínculo emocional na dependência de drogas**. 1. ed. São Paulo: Vetor, 2003. p. 245-284.

WINNICOTT, D. W. O bebê como organização em marcha. In: WINNICOTT, D. W. **A criança e o seu mundo**. 6. ed.. Trad. de A. Cabral. Rio de Janeiro: LTC, 1982, p. 23-30 (Trabalho original publicado em 1957).

WINNICOTT, D. W. **Os bebês e suas mães**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ZORNIG, S. M. A. J. Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, p. 453-470, 2010 a.

ZORNIG, S. M. A. J. Transmissão psíquica: Uma via de mão dupla? In: FÉRES-CARNEIRO, T. (ed.), **Casal e família: permanências e rupturas**. São Paulo: Casa do Psicólogo 2010b. p. 25-39.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas

I. Dados de identificação

Nome:

Local de trabalho:

Município:

Tempo de atuação nessa instituição:

Idade:

Quantos anos atua como psicólogo:

Estado civil:

II. Questões norteadoras

Antes do início da entrevista, a pesquisadora explicitará os objetivos da pesquisa e elucidará as questões éticas e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE); na sequência, solicitará os dados de identificação e autorização verbalizada, na videoconferência.

1. Conte-me há quanto tempo atua nesse hospital-maternidade. É comum o atendimento de gestantes usuárias? Como é sua rotina de trabalho, quando chega uma gestante com essa característica? Você pode me contar os procedimentos realizados? Como são feitos os primeiros contatos?

2. Ao entrar em contato com essas gestantes, em qual momento você inicia o trabalho de avaliação? Como é tomada essa decisão? Quais profissionais participam desse processo?

3. Diante da necessidade de realizar uma avaliação e um relatório psicológico, você dá início ao processo de avaliação? Conte-me como efetua esse processo: quais procedimentos são realizados? Quanto tempo você tem para concretizar esse processo avaliativo? Quais técnicas você utiliza? Como é para você realizar esse processo?

4. Conte-me uma situação, preservando as identidades, em que você ficou satisfeita com a avaliação e desfecho do caso. Relate uma situação na qual você não ficou satisfeita com a avaliação e desfecho do caso.

5. Caso exista uma equipe responsável pelo processo de avaliação: como é feito o contato entre a equipe responsável? Explique-me como a equipe funciona. Como você entende o funcionamento da equipe?

6. Após o processo de avaliação, é emitido relatório psicológico? Quais as bases de conhecimento você adota para elaborar a avaliação e o relatório – teorias, leis etc.? Como você se sente, do ponto de vista profissional, emitindo esse tipo de relatório psicológico? Para

você, qual a importância e o significado desse laudo para a vida das pessoas envolvidas – a mãe e o seu filho? Explique, por favor.

7. Como profissional, como você se sente ao realizar esse tipo de intervenção? Diga-me como você se sente, ao entrar em contato com essas mães, suas histórias e seus bebês? Você apontaria alguma dificuldade para fazer esse tipo de intervenção? Explicar. Como você avalia o impacto de sua intervenção para a vida das pessoas envolvidas? E para você, enquanto profissional, você percebe algum impacto? Explicar.